

## Boletim Epidemiológico Malária

A malária é uma das doenças tropicais mais prevalentes e debilitantes, é causada por um parasito unicelular do gênero Plasmodium (protozoário) e transmitida de uma pessoa para outra através da picada da fêmea infectada do mosquito Anopheles (PALMAS, 2018).

Notificam-se todos os casos suspeitos com episódios de calafrios, febre e sudorese. Os sintomas têm duração variável de 6 a 12 horas e podem cursar com temperatura igual ou superior a 40°C. Em geral, esses paroxismos são acompanhados por cefaleia, mialgia, náuseas e vômitos. Após os primeiros paroxismos, a febre pode passar a ser intermitente.

No período de janeiro a dezembro de 2018, foram notificados 530 casos de malária, dentre esses, 9 casos foram confirmados. Já no período de janeiro a dezembro de 2019, houve 68 casos notificados e 8 confirmados, como mostra o quadro 1. É importante ressaltar que não há casos autóctones de malária no município de Palmas nos anos em estudo. Dados extraídos do Sistema de Informação de Vigilância Epidemiológica – Malária (SIVEP-Malária).

**Quadro 1:** Frequência mensal dos casos de malária notificados no período de janeiro a dezembro de 2018 e janeiro a dezembro de 2019, segundo a origem.

Ano	Origem	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
2018	Autóctone	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Importada	97	47	24	24	8	8	15	104	47	93	47	16	530
2019	Autóctone	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Importada	8	7	3	5	6	2	7	12	5	2	4	7	68

Fonte: SIVEP-Malária 21/01/2020.

Nota-se que houve redução de 87% no número de casos notificados em 2019 em comparação com o ano de 2018, um ano atípico devido à entrada de pessoas oriundas de regiões endêmicas para trabalhar no município de Palmas, sendo esse exame uma exigência contratual. Já o número de casos confirmados chegou a 8 no período, um a menos que no ano anterior.

A ausência de casos autóctones se dá pelo acolhimento, diagnóstico e tratamento dos casos em tempo oportuno, além das medidas de controle vetorial adotadas em cada caso. No quadro 2 está descrita a quantidade de casos por Território e por Centros de Saúde da Comunidade (CSC) no ano de 2019.

**Quadro 2:** Distribuição dos casos de malária importada confirmados no município de Palmas no ano de 2019, segundo Território e CSC de referência.

		2019					
TERRITÓRIO	CSC	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
XAMBIOÁ	Francisco Júnior			1			
	Isabel Auller					1	
KANELA	409 Norte			1			
KARAJÁ	Novo Horizonte			1			
	Santa Fé		2				
OUTRA CIDADE	-	1			1		

Fonte: SIVEP-Malária 21/01/2020.

O Território que apresentou mais casos foi o Karajá, com 3 casos no período, seguido pelo Xambioá com 2 casos e por último o Território Kanela com 1 caso. Além destes, foram diagnosticados 2 pacientes com residência em outras cidades. É interessante ressaltar que no primeiro semestre de 2019 não houve nenhum caso de malária confirmado em Palmas, os 8 casos surgiram nos últimos seis meses do ano.

Quanto ao diagnóstico da malária, este é realizado quando o paciente com suspeita da doença chega ao serviço de saúde, onde é devidamente acolhido. Realiza-se o teste rápido e a confecção da lâmina de gota espessa, exame padrão-ouro para o diagnóstico. A lâmina juntamente com a ficha de notificação é, então, encaminhada ao Laboratório Municipal, que tem o prazo de no máximo 90 horas para liberação do resultado do exame, a fim de que o tratamento seja prontamente iniciado.

O Ministério da Saúde, por meio de uma política nacional de tratamento da malária, orienta a terapêutica e disponibiliza gratuitamente os medicamentos antimaláricos utilizados em todo o território nacional, em unidades do Sistema Único de Saúde (SUS). A prescrição dos medicamentos depende de variáveis como peso, idade e gravidade da doença (BRASIL, 2010).

As medidas de controle vetorial (pesquisa entomológica, aplicação de inseticida químico e manejo ambiental) são realizadas pela Unidade de Vigilância e Controle de Zoonoses (UVCZ) de acordo com os endereços fornecidos pelas notificações. A pesquisa entomológica deve ser realizada em todos os casos positivos, a fim de identificar a presença do vetor e a espécie do Anofelino que prevalece na área. O tratamento químico, intra e peridomiciliar, devem ser realizados em todos os casos positivos em que a pesquisa entomológica indicar a presença de Anofelinos de importância médica ou quando a densidade de vetor for elevada (PALMAS, 2018).

## **ELABORADORES**

Libna Laís Ferreira Silva

Evaneide de Sousa Barros

Nabia Souza Gomes

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Guia prático de tratamento da malária no Brasil**/Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

PALMAS. Secretaria Municipal de Saude. **Protocolo de atendimento aos pacientes de malária**, Superintendência de Atenção Primária e Vigilância em Saúde. Palmas, 2018.